

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstrações contábeis acompanhada do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini,
105 - 12º andar Itaim Bibi,
São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de serviços prestados

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a emissão de debêntures denominados “recebíveis”, lastreados em créditos. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação de operações de securitização, atrelando os recebíveis às correspondentes debêntures. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos das debêntures em conexão às suas obrigações junto aos agentes fiduciários, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria

Esse tema foi considerado como relevante em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) verificação das emissões por amostragem; (ii) recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Securitização; (iii) recálculo dos valores a receber oriundos da securitização de recebíveis; (iv) conciliação contábil da carteira; e (v) inspeção da liquidação financeira e das baixas dos recebíveis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada,

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	418.640	7.416.647
Impostos a recuperar	6	38.803	24.236
Empréstimos e recebíveis	5.d	12.188.877	26.736.243
Provisão para perdas	5.e	(5.457.713)	(2.282.723)
Total do ativo circulante		<u>7.188.607</u>	<u>31.894.403</u>
Ativo não circulante			
Empréstimos e recebíveis	5.d	640.397	-
Total do ativo não circulante		<u>640.397</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>7.829.004</u>	<u>31.894.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivos			
Fornecedores	7	-	9.583
Impostos e contribuições a recolher	8	1.906	2.536
Partes Relacionadas	10	-	369
Debêntures	9.4	712.804	25.728.037
Total do passivo circulante		<u>714.710</u>	<u>25.740.525</u>
Passivo não circulante			
Debêntures	9.4	1.928.412	
Dação debêntures	9.5	5.147.985	6.141.121
Total do passivo circulante		<u>7.076.397</u>	<u>6.141.121</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11	10.000	10.000
Reserva de Lucros		27.897	2.757
Total do patrimônio líquido		<u>37.897</u>	<u>12.757</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.829.004</u>	<u>31.894.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	12	8.753.821	14.105.852
Custo dos serviços prestados	13	(8.647.947)	(14.071.773)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>105.874</u>	<u>34.079</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(135.869)	(138.028)
Despesas tributárias	14	(14.120)	(5.554)
Provisão para perdas na carteira	5.d	(3.174.990)	(2.282.723)
Provisão de remuneração dos debenturistas	9.4/9.5	3.174.990	2.282.723
Outras Receitas		200	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(43.915)</u>	<u>(109.503)</u>
Receitas financeiras	15	78.766	114.690
(Despesas) financeiras	15	(1.772)	(1.559)
Lucro/ (prejuízo) financeiro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>76.994</u>	<u>113.131</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>33.079</u>	<u>3.628</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.939)	(871)
Lucro líquido do exercício		<u>25.140</u>	<u>2.757</u>
Resultado básico e diluído por ação referente às ações ordinárias		<u>2.514</u>	<u>0.276</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado líquido do exercício	25.140	2.757
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>25.140</u>	<u>2.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Lucros / (prejuízos) acumulados	
Saldos em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-	-
Capital social subscrito	10.000	-	-	-	10.000
Capital a Integralizar	-	(9.000)	-	-	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.000</u>	<u>(9.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Capital Integralizado	-	9.000	-	-	9.000
Resultado do exercício	-	-	-	2.757	2.757
Constituição de reservas	-	-	134	(134)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>134</u>	<u>2.623</u>	<u>12.757</u>
Resultado do exercício	-	-	-	25.140	25.140
Constituição de reservas	-	-	1.257	(1.257)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>1.391</u>	<u>26.506</u>	<u>37.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		25.140	2.757
Ajustes por:			
Provisão para perdas empréstimos e recebíveis	5.e	3.174.990	2.282.723
Provisão para perdas remuneração debenturistas	9.4	(3.174.990)	(2.282.723)
Juros s/debentures		3.678.715	-
Juros carteira credito		(8.753.820)	-
Dação debêntures		4.110.264	6.141.121
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) nos impostos a recuperar		(14.567)	(24.236)
(Aumento) em fornecedores		(9.583)	9.583
(Aumento) em impostos e contribuições a recolher		(630)	2.536
(Aumento) em partes relacionadas		(369)	367
(Aumento) em debêntures		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>(964.850)</u>	<u>6.132.128</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	8 e 9	-	-
(Aumento) na carteira de créditos		-	(26.736.243)
Amortização recebimento carteira de créditos		22.660.789	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		<u>22.660.789</u>	<u>(26.736.243)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	11	-	9.000
Recursos provenientes da emissão de debentures		-	28.010.760
Amortização provenientes da emissão de debentures		(28.693.946)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>(28.693.946)</u>	<u>28.019.760</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6.998.007)</u>	<u>7.415.645</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/ período	4	7.416.647	1.002
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/ período	4	<u>418.640</u>	<u>7.416.647</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6.998.007)</u>	<u>7.415.645</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receitas			
Receita de serviços	12	8.753.821	14.105.852
Outras receitas		200	
		-----	-----
		8.754.021	14.105.852
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	13	(8.647.947)	(14.071.773)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	14	(135.869)	(138.028)
		-----	-----
		(8.783.816)	(14.209.801)
Valor adicionado (consumido) bruto		-----	-----
		(29.795)	(103.949)
Provisão para perdas na carteira	5.e	(3.174.990)	(2.282.723)
Provisão de remuneração dos debenturistas		3.174.990	2.282.723
Valor adicionado (consumido) líquido		-----	-----
		(29.795)	(103.949)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	15	78.766	114.690
		-----	-----
		78.766	114.690
Valor adicionado (consumido) a distribuir		-----	-----
		48.971	10.741
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições	14	22.059	6.425
Despesas financeiras		1.772	1.559
Lucros/prejuízos do período		25.140	2.757
Valor adicionado distribuído		-----	-----
		48.971	10.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. (“Companhia”), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 04 de outubro de 2017.

O objeto social da Companhia é a: **(i)** aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; **(ii)** a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e **(iv)** a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Os Créditos Financeiros a serem adquiridos pela Emissora com os recursos da presente Emissão serão representados por direitos creditórios decorrentes de operações de crédito realizadas entre o Banco Mercantil do Brasil (BMB) e determinados clientes do BMB que sejam aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e que mantenham conta corrente ativa no BMB e recebimento do benefício pago pelo INSS na referida conta corrente.

2. Apresentação demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de março de 2020.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando-se o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, carteiras de crédito financeiro adquiridas, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. De acordo com CPC48, o ativo financeiro sob categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

3.4. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.5. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25:

- (i) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7. Lucro ou prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o lucro ou prejuízo por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

3.8. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9. Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

3.12. IFRS 16 (CPC 06-R2) – Arrendamentos

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos - conta corrente	1.020	1.020
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	417.620	7.415.627
	418.640	7.416.647

(i) Aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

. Empréstimos e recebíveis

A carteira de crédito é constituída pela aquisição de direitos creditórios elegíveis como lastro de operações de securitização financeira, através de operações de crédito pessoal (não consignada) de aposentados ou pensionistas do INSS originados pelo Banco BMB.

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de operações de crédito pessoal (não consignada) realizadas entre o Cedente e determinados clientes, que sejam aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (“INSS”) e que mantenham conta corrente ou conta benefício ativa no Cedente, recebimento do benefício pago pelo INSS na referida conta corrente ou conta benefício, e débito das parcelas de amortização, juros e quaisquer outros encargos ou despesas das referidas operações de crédito na mesma conta corrente ou conta benefício.

b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão (ajustar numeração)

- a. os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de contratos que tenham, como Devedores, beneficiários do INSS na modalidade aposentado e/ou pensionista;
- b. Os Devedores deverão possuir conta corrente ativa junto ao Cedente há, pelo menos, 6 (seis) meses (“Conta-Corrente”) ou possuir conta benefício junto ao Cedente há, pelo menos 6 (seis) meses (“Conta Benefício”);
- c. Os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de empréstimos que fazem parte do produto “crédito pessoal com débito em conta”, cujo pagamento esteja sendo realizado regularmente mediante débito na Conta-Corrente ou na Conta Benefício, com comprometimento máximo de 10% (dez por cento) do benefício a que faz jus o Devedor;
- d. Os Direitos Creditórios deverão possuir prazo máximo remanescente de até 48 (quarenta e oito) meses;
- e. Os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de contratos de empréstimos em que já tenha ocorrido o pagamento da primeira parcela da respectiva dívida;
- f. Os Devedores deverão ter domicílio bancário nos Estados de São Paulo ou de Minas Gerais;
- g. Os Direitos Creditórios a serem cedidos devem ser oriundos de operações de crédito pessoal representadas por Termos de Contratação de Operação de Crédito Pessoal;
- h. Os Devedores dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão devem ter idade entre 21 (vinte e um) anos e 75 (setenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive; e, na data de cessão dos Direitos Creditórios, o valor total presente de cada um dos Termos de Contratação de Operação de Crédito Pessoal a ser cedido, calculado de acordo com a taxa de cessão, não poderá ser superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e
- i. O conjunto dos Direitos Creditórios cujos Devedores tenham idade acima de 70 (setenta) anos, inclusive, e até 75 (setenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive; não poderá representar mais do que 10% (dez por cento) dos Direitos Creditórios;

c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora sem coobrigação do cedente.

O Cedente não responde pela solvência ou solvibilidade dos devedores dos Direitos Creditórios, a serem cedidos ao Cessionário, uma vez que a cessão de direitos se opera sem coobrigação, porém é responsável pela existência, legalidade, legitimidade e veracidade dos Direitos Creditórios, neste ato adquiridos pelo Cessionário, nos termos do artigo 295 do Código Civil.

d) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 saldo a seguir representa:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	24.453.520	-
Carteira de crédito	-	12.630.391
(-) Amortização	-22.660.790	
Juros sobre carteira de crédito (a)	8.753.821	14.105.852
Total bruto da carteira	10.546.551	26.736.243
(-) Perdas de crédito esperadas	-3.174.990	-2.282.723
Total líquido da carteira	7.371.561	24.453.520

(a) Refere-se substancialmente a aquisição de direitos de créditos financeiros que tem prazo médio de recebimentos de 30 dias.

e) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa a serem constituídos segue a Resolução do CMN 2.682/99, que define e estabelece os critérios de classificação dos créditos da operação em virtude do entendimento da Administração de tratar-se de um expediente prático extremamente aderente a operações de crédito, aceito para fim de estabelecimento das perdas esperadas de acordo com o CPC 48, de que a Companhia possui bases próprias para a determinação do comportamento de sua carteira de crédito.

A avaliação da necessidade de alterações na PECLD é realizada mensalmente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, identificamos necessidade de constituição de PECLD cujo saldo na referida data base é R\$ 5.457.713 (2018 - R\$ 2.282.723).

f) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debêntures existentes nesta transação

. Impostos a recuperar

No exercício de 2019 o saldo de imposto de renda retidos na fonte sobre resgates de aplicações é de R\$ 38.803 (2018 – R\$ 24.236).

. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo se refere basicamente a montantes a pagar com serviços de consultoria no valor de zero (2018 - R\$ 9.583).

. Impostos a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF Terceiros	465	539
CSRF Terceiros	1.441	1.671
CSLL	-	326
	1.906	2.536

. Debêntures

9.1. Condições da Escritura

De acordo a Escrituração das Debêntures, a captação de recursos visa arrecadar até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) com a emissão de 100.000 de Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo que (1) a 1ª (primeira) série é composta por 80.000 (oitenta mil) Debêntures DI; e (2) a 2ª (segunda) série é composta por 20.000 (vinte mil) Debêntures também remuneradas por DI. A Companhia realizou a 1ª (primeira) integralização das duas séries em 31 de janeiro de 2018, para série sênior e 01 de fevereiro de 2018 para serie subordinada.

9.1.2. 1ª Série de Debêntures

Em 18 dezembro de 2017, a Companhia emitiu a primeira série de debêntures no total de 80.000 (oitenta mil) quantidades no Preço Unitário (PU) de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

No dia 31 de janeiro de 2018 foram integralizados o montante de 28.812 (vinte e oito mil, oitocentos e doze) debêntures no valor de R\$ 28.812.000,00.

Em 21 de março de 2018 a Companhia integralizou mais 2.773 (duas mil, setecentos e setenta e três) debentures, com PU de R\$ 1.016,25, totalizando um montante de R\$ 2.818.061,25.

E por fim, em 16 de maio de 2018, foram integralizados mais 6.441 (seis mil, quatrocentos e quarenta e uma) debentures, com PU de R\$ 1.034,87, que totalizaram R\$ 6.665.597,67.

O montante captado nas 3 (três) integralizações da Série Sênior somou-se R\$ 38.295.658,92 que foram destinados a aquisição de carteira do banco BMB.

a) Remuneração

A primeira série de debêntures terá juros remuneratórios que correspondem a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 6,0% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal.

A liquidação dos juros e principal ocorre mensalmente até a data de vencimento das debêntures, após o período de carência de 3 meses, a partir da data da 1ª (primeira) integralização.

b) Garantia

De acordo o lastro da debênture na data da primeira integralização a carteira de crédito possuía como lastro R\$ 34.715.244,45 em créditos, com 17% de subordinação.

c) Riscos de crédito

As Debêntures não possuem rating de risco de crédito com base em agências oficiais.

Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo das debêntures somava:

Cotas Subordinada	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Anterior	7.629.695	-
Integralização de cotas	-	7.846.521
Juros de debêntures	2.835.534	2.065.897
Pagamento aos debenturistas (i)	(9.752.423)	-
+ (-) Perdas de crédito esperadas	1.928.410	(2.282.723)
Saldo Final	2.641.216	7.629.695

Dação debênture (i)	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	6.141.121	-
Dação debêntures (i)	-	6.141.121
(+) Dação do período	4.110.265	-
(-) Perdas dação debêntures	(5.103.401)	-
Total	5.147.985	6.141.121

- (i) Todo resultado auferido na operação é objeto de "Afetação Patrimonial" sensibilizando assim diretamente o passivo da operação. No momento da liquidação da operação, havendo lucro, o impacto será revertido em forma de prêmios ou será uma perda efetiva para o debênturista.

9.3. 2ª Série de Debêntures

Em 18 dezembro de 2017, a Companhia emitiu a segunda série de debêntures no total de 20.000 (vinte mil) quantidades no Preço Unitário (PU) de R\$ 1.000,00.

No dia 01 de fevereiro de 2018 foram integralizados o montante de 5.903 (cinco mil, novecentos e cinco) debêntures no valor de R\$ 5.903.000,00.

Em 21/03/2018 a Companhia integralizou mais 558 (quinhentos e cinquenta e oito) debêntures, com PU de R\$ 1.036,09, totalizando um montante de R\$ 578.138,22.

E por fim, em 16 de maio de 2018, foram integralizados mais 1.264 (um mil, duzentos e sessenta e quatro) debêntures, com PU de R\$ 1.080,20, que totalizaram R\$ 1.365.372,80.

O montante captado nas 3 (três) integralizações da Série Subordinada somaram-se R\$ 7.846.511,02 que foram destinados a aquisição de carteira do BMB.

a) Remuneração

A segunda série de debêntures terá juros remuneratórios que correspondem a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 23,91% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal.

A liquidação dos juros e principal ocorrerá após liquidação integral da série sênior, mensalmente até a data de vencimento das debêntures.

9.4. Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo das debêntures somava:

Cotas Sênior	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	18.098.342	-
Integralização de cotas	-	38.295.688
Juros de debêntures	843.181	3.082.276
Pagamento aos debenturistas (i)	(18.941.523)	23.279.622
Saldo final	-	18.098.342

- (i) Valores referentes a pagamentos de juros remuneratórios, amortização e amortização extraordinária.

Cotas Subordinada	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Anterior	7.629.695	-
Integralização de cotas	-	7.846.521
Juros de debêntures	2.835.534	2.065.897
Pagamento aos debenturistas (i)	(9.752.423)	-
+ (-) Perdas de crédito esperadas	1.928.410	(2.282.723)
Saldo Final	2.641.216	7.629.695

9.5. Outras obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos das dações das debêntures somavam:

Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo anterior	6.141.121	-
Dação debêntures (I)	-	6.141.121
(+) Dação do período	4.110.265	-
(-) Perdas dação debêntures	(5.103.401)	-
Total	5.147.985	6.141.121

- I) Os saldos com outras obrigações referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debêntures.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui saldo a pagar com partes relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	-	369

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital Social

O Capital Social da Companhia, era de R\$ 10.000, representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1.000 foram integralizados na fase pré-operacional. Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, o capital social está dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	1	0,001%
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	9.999	99,999%
Total patrimônio líquido	10.000	100,000%

11.2. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória.

12. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 a composição das receitas auferidas pelos juros de operações com debêntures é de R\$ 8.753.821 (2018 – R\$ 14.105.852).

13. Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Gestão de carteiras	-	(427.487)
Custo B3	(3.910)	(7.022)
Escrituração de cotas	(24.677)	(28.500)
Taxas CVM	(2.429)	0
Agente fiduciário	(101.426)	(24.576)
Custódia	-	(80.000)
Taxas emissão debêntures	(2.525)	(32.675)
Gestão de debêntures	(360.000)	(1.540.985)
Anúncios e publicações	-	(16.926)
Honorários advocatícios	-	(298.008)
Cobrança de carteira	(364.000)	(280.000)
Desenvolvimento de sistemas	-	(46.300)
Outros custos com debêntures (I)	(4.110.265)	(6.141.121)
Juros com debêntures	(3.678.715)	(5.148.173)
	(8.647.947)	(14.071.773)

- (I) Os saldos com outros custos com debêntures referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento de acordo com o recálculo mensal (nota 5.f).

Ainda sob a dação de pagamento, e seguindo a Clausula 5.4.2 da Escritura de Emissão, o fluxo financeiro excedente após a quitação da totalidade dos valores devidos aos debenturistas da primeira série, poderá ser utilizado para o resgate facultativo da segunda

série, por meio da dação em pagamento, incluindo créditos adimplentes e inadimplentes, além dos recursos que estão no caixa da Companhia.

14. (Despesas) receitas operacionais

	2019	2018
Assessoria contábil	(66.600)	(59.584)
Auditoria	(13.994)	-
Honorários advocatícios	(4.000)	-
Publicidade e propaganda	(29.050)	-
Serviços pessoa jurídica	(18.507)	(11.569)
Impostos e taxas diversas	(14.120)	(5.554)
Outras despesas / receitas gerais	(3.518)	(66.875)
	(149.789)	(143.582)

15. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações financeiras, reduzidos das despesas financeiras e juros emissão debentures, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	-	114.660
Receitas financeiras	78.766	30
Despesas Financeiras	(1.772)	(1.559)
	76.994	(113.131)

16. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

X	2019	2018
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.079	3628
(+) Perda recebimentos	3.174.990	2.282.723
(+) Reversão perda debêntures	2.462.185	-
(-) Perda recebimento debêntures	(5.637.174)	(2.282.723)
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	33.080	3.628
Taxa efetiva para Impostos	24%	24%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	(7.939)	(871)

17. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

18. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Além do fato supracitado, a Companhia, até 30 de março de 2020, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019.

* * *